

ESPRAIAMENTO URBANO E INTENSIFICAÇÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS EM TERESINA-PI

ANA CAROLINE VELOSO DE LIMA¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. (IFPI)¹

As áreas urbanas são centrais no debate sobre a crise climática, pois são nelas onde os agentes antrópicos e os desastres ambientais se manifestam de forma mais severa, ampliando as desigualdades socio estruturais existentes no ambiente urbano (Barandier et al., 2012). No Brasil, o processo de urbanização acelerado sucedeu a um território predominantemente urbano, onde 87% da população vive em cidades (IBGE, 2022). Tal processo ocorreu de forma rápida e desigual, ao condicionar a população pobre para áreas periféricas e sensíveis, configurando um modelo de urbanização desconcentrado e desigual, intensificando as vulnerabilidades urbanas (Nadalin, et al., 2015). Em Teresina-PI, esse cenário é potencializado tanto por possuir um clima quente, como por um histórico de expansão desordenada que reduziu áreas verdes e aumentou as ilhas de calor. (Carneiro, 2021). Objetivo: Analisar a relação entre o espraiamento urbano e a intensificação dos riscos climáticos em Teresina-PI. Metodologia: A metodologia é fundamentada por uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. O levantamento bibliográfico abrange a análise de artigos científicos e teses que abordam os eixos temáticos centrais das expansões urbanas, desigualdades socioambientais e riscos climáticos. A pesquisa documental foi realizada através de bases de dados oficiais como o IBGE e uma análise da Lei Complementar nº 5.481/2019 - PDOT Municipal, a fim de identificar fragilidades na inclusão de diretrizes de resiliência e justiça climática em Teresina-PI. Resultados: Após análise dos dados bibliográficos e documentais é possível observar que a urbanização de Teresina (1958 - 2019) acarretou diminuição da cobertura vegetal e alteração do microclima local (Carneiro, 2021). Os indicadores de infraestrutura revelam a precariedade no território, pois poucos domicílios estão em áreas de urbanização adequada e baixa cobertura de esgotamento sanitário; em 2010, o município contabilizava mais de 26.700 pessoas vivendo em situação de risco (IBGE, 2023). Ao analisar essas características alinhadas aos instrumentos de gestão, o PDOT não possui instrumentos operacionais, nem integram as mudanças climáticas às políticas de uso e ocupação do solo, assim, o planejamento vigente atua como um conjunto de intenções e não como ferramenta eficaz de resiliência. Conclusão: A vulnerabilidade urbana em Teresina é fruto de um modelo de desenvolvimento estrutural excludente, em que o crescimento urbano sem planejamento é agente segregacionista, condicionando grupos marginalizados para zonas suscetíveis a riscos climáticos. Assim, é urgente que o planejamento urbano seja utilizado como instrumento de justiça climática promotora de um ordenamento territorial que proteja as populações vulneráveis.

Palavras-chave: Espraiamento urbano; Vulnerabilidade urbana; Crise climática; Planejamento Urbano.